

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Reprodução/Redes sociais



Andrea Dias, médica morta por PMs na Zona Norte

Baleados disparam no Rio; áreas pobres têm mais casos

Em 2025, o número de pessoas atingidas por projéteis de armas de fogo atendidas na rede de saúde do município do Rio chegou a 1.840, 66% a mais do que em 2024.

Dados do Observatório Epidemiológico da Secretaria de Saúde comprovam que a violência atinge, principalmente, moradores de áreas mais pobres da cidade.

Também no ano passado, 167 moradores de Realengo e 146 de Bangu, ambos na Zona Oeste, foram atendidos na rede por este tipo de ferimento.

Os dois bairros têm, respectivamente, 2,6% e 3,4% da população carioca, mas pessoas que neles moram representaram 9% e 7,9% dos que foram levados, feridos por balas, a emergências municipais.

Os sem vítimas

Em 2025, nenhuma pessoa residente em bairros da Zona Sul como Ipanema, São Conrado, Urca e Humaitá precisou ser levada a um hospital da rede por ferimento causado por tiro.

O Observatório também não registra atendimentos de pessoas que moram em alguns bairros da Zona Norte, como Água Santa, Brás de Pina, Oswaldo Cruz e São Francisco Xavier.

Nelson Duarte/SMS



Hospital Souza Aguiar, maior emergência da prefeitura

Oeste e Norte

O critério da prefeitura de divisão da cidade em áreas de planejamento confirma que bairros mais pobres geram mais vítimas.

Moradores da AP 5, que abrange a Zona Oeste, representaram 36% dessas vítimas, o mesmo percentual relativo a pessoas que viviam em subúrbios da Zona Norte.

Nas duas regiões há grandes hospitais públicos da rede estadual que também atendem casos de emergência e que não são computados nos números da prefeitura. Ou seja, há mais vítimas.

Cascadura

Cascadura, subúrbio da Zona Norte onde a médica Andrea Marins Dias foi morta por PMs na noite do último domingo, pertence à AP 3.3, um pedaço da AP 3. Em 2025, moravam nesses bairros 15,49% das pessoas atendidas nas emergências municipais.

A soma dos atendimentos de habitantes da Zona Sul e da AP 2, a Grande Tijuca, representou 6,84% do total.

Os de sempre

Os números da prefeitura confirmam uma estatística usual nesse tipo de vítima: em 2025, quase 86% eram pardas ou pretas; 83%, homens. A juventude é outro fator de risco, 59,6% tinham entre 20 e 39 anos; 14%, entre 12 e 19 anos. Ou seja, negros, pobres e jovens estão na linha de tiro.

Escalada

Ao comentar a morte da médica, o secretário de Saúde, Daniel Soranz, afirmou não se tratar de um caso isolado, “mas de um padrão que vem se repetindo”. Para ele, o aumento das vítimas evidencia uma escalada da violência “que precisa ser enfrentada com seriedade e responsabilidade”.

Perigo, perigo

A condenação, pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, de três políticos do PL — dois deputados federais e um ex-deputado — por desvios de emendas parlamentares acendeu de vez o alerta de pânico no Congresso Nacional. A decisão foi tomada por unanimidade pelos quatro ministros.

Descuido

De acordo com um parlamentar, a tendência é de que a fila de condenados aumente na medida em que novos casos cheguem ao STF. Ele ressalta que a facilidade para obter e desviar o dinheiro de emendas era tanta que muitos colegas se descuidaram, e deixaram digitais por todos os lados.

Mecanismo

O descuido tem a ver com esse tipo de verba. O dinheiro destinado para emendas em 2026 chega a R\$ 50 bilhões, mas o valor é dividido entre os parlamentares que, de um modo geral, destinam pequenas somas para cada projeto, até para escapar de controles, concentrados em obras mais caras.

Pavor

A condenação piorou de vez o humor de muitos políticos; alguns também temem a evolução do caso Master. Há os enrolados com emendas e com relações pouco republicanas com Daniel Vorcaro. Fora o pavor de vazamento de imagens de festas pra lá de animadas promovidas pelo ex-banqueiro.



Relatório de Zanin foi seguido por unanimidade

Deputados do PL são condenados por emendas

STF descreve engrenagem de pressão e cobrança

Por Beatriz Matos

O Supremo Tribunal Federal (STF) condenou, por unanimidade, deputados federais do PL e outros réus acusados de desviar recursos de emendas parlamentares destinadas à saúde.

O julgamento, retomado nesta terça-feira (17) pela Primeira Turma, encerra uma ação penal que se arrastava desde 2020 e expõe um esquema de cobrança de propina vinculado à liberação de verbas públicas.

No centro do caso estão os deputados Josimar Maranhãozinho (PL-MA), Pastor Gil (PL-MA) e o ex-deputado Bosco Costa (PL-SE).

Ao todo, oito pessoas foram julgadas. Além dos parlamentares, também foram condenados João Batista Magalhães, Antônio José Silva Rocha, Abraão Nunes Martins Neto e Adones Gomes Martins. Thalles Andrade Costa foi o único absolvido, por falta de provas suficientes de participação nos crimes.

O STF fixou as penas dos condenados, apontando maior responsabilização ao deputado Josimar Maranhãozinho, considerado líder do esquema, que recebeu 6 anos e 5 meses de reclusão em regime semiaberto e 300 dias-multa de três salários-mínimos. Pastor Gil foi condenado a 5 anos e 6 meses de reclusão, também em regime semiaberto, com 100 dias-multa de um salário-mínimo.

Bosco Costa, por ter mais de 70 anos, recebeu pena de 5 anos de reclusão em regime semiaberto e 100 dias-multa.

Já João Batista Magalhães foi condenado a 5 anos de reclusão, 30 dias-multa e perda do cargo público eventualmente ocupado. Antônio José Silva Rocha, Abraão Nunes Martins Neto e Adones Gomes Martins também receberam penas de 5 anos de reclusão, em regime semiaberto, e 30 dias-multa cada.

Além disso, foi fixada indenização de R\$ 1,7 milhão por danos morais coletivos, a ser paga de forma solidária entre os condenados. O STF também determinou a inelegibilidade dos envolvidos desde a condenação até oito anos após o cumprimento das penas, além da suspensão dos direitos políticos, cabendo ainda à Câmara dos Deputados avaliar a manutenção dos mandatos dos parlamentares condenados.

A investigação aponta que o grupo exigiu cerca de R\$ 1,6 milhão — equivalente a 25% — como contrapartida para a destinação de aproximadamente R\$ 6,7 milhões em emendas ao município de São José de Ribamar (MA). Os recursos tinham como destino a área da saúde, o que, segundo a acusação, agrava a gravidade dos fatos. A denúncia teve origem a partir de relato do então prefeito da cidade, José Eudes, que afirmou ter sido alvo de cobranças e intimidações.